

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 10h00m

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Luís Alberto Rocha em substituição de José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal

FALTAS: Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), por motivos profissionais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Período de Intervenção do Público.

2 - Assuntos da Ordem do Dia:

2.1 – Tomar conhecimento da deliberação da Câmara Municipal sobre “Clarificação da deliberação de participação no IRS para 2016”;

2.2 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Novos Documentos Previsionais para 2016, motivada por alterações nos classificadores económicos”;

2.3 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “2ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e às Grandes Opções do Plano do ano de 2015”;

2.4 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Regularização de Instalações de Atividade Pecuária”.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado a seguinte intervenção: O Sr. Manuel da Silva, natural do lugar de Freixo, freguesia de Serrazes, em uso da palavra, comunicou que, por causa da legalização de uns aviários, cujo proprietário é o seu pai, António Manuel Dias da Silva, precisa da emissão de uma licença de utilização, porque sem isso não pode tirar a certidão para o RIAP. Não se verificando outras intervenções do público, o Presidente da Assembleia Municipal deu por findo esse período, entrando de seguida na análise e discussão dos seguintes pontos da ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA:

2.1 - TOMAR CONHECIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE “CLARIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2016”; -----

O Vereador Pedro Mouro alertou para um lapso existente na deliberação: onde se lê ano de 2015, deve ler-se ano de 2016. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

2.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “NOVOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016, MOTIVADA POR ALTERAÇÕES NOS CLASSIFICADORES ECONÓMICOS”; -----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta mencionada em título. -----

2.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2015”; -----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta mencionada em título. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA REGULARIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ATIVIDADE PECUÁRIA”; -----

O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) em uso da palavra, começou por esclarecer que esta sessão extraordinária deve-se a cerca de centena e meia de pessoas ligadas ao setor primário, manifestando preocupação com o *timing* desta sessão, porque lembrou já ter alertado para a resolução deste problema há cerca de quatro meses. Descreveu todos os processos passados para chegar até aqui, insistindo que as sessões da Assembleia Municipal foram-se sucedendo sem que o assunto fosse resolvido. Depois, evocando o debatido na anterior sessão da Assembleia Municipal, informou ter ficado agendada uma reunião entre o presidente da Assembleia Municipal, Victor Barros, o Vereador da Câmara Municipal, Francisco José de Matos, a Arquitecta Ana Carriço, e a Jurista, Ana Teresa de Matos, analisando o assunto e chegando a um acordo para novos *timings*: “A entrega da documentação por parte das pessoas até dia 15 de dezembro e uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária no dia 22 seguinte.”. Voltou a frisar que o prazo máximo de entrega da documentação para requerer o interesse público tem que ser feito em Viseu até dia 2 de janeiro de 2016. E pediu que explicassem: “Como é que esta centena e meia de pessoas vem à Câmara Municipal de S. Pedro do Sul requerer a certidão, que até já pode estar pronta, e vão entregar a Viseu em tempo útil?”. Continuou: “A carta que mandaram agora às pessoas, não custava nada terem-na mandado há 4 meses atrás.”. E considerou ter havido alguma falta de respeito para com as pessoas, apesar dos serviços camarários as terem auxiliado no preenchimento da documentação necessária. E termina dizendo que não é pessoa de criar conflitos nem de acusações, mas que não pode concordar com a forma como este processo foi conduzido. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) deu início ao assunto que o levou a intervir: “gostaria que fosse dada uma explicação ao público e aos agricultores do setor primário do concelho, porque esta é uma matéria extremamente delicada e melindrosa, é uma matéria sobre a qual o poder político, em S. Pedro do Sul, se tem abstraído completamente.”. E continuou, alertando para a ausência, na estrutura política da autarquia, e do próprio concelho, de alguém que represente o setor primário com a dignidade que merece. Reforçou que o assunto em discussão o é fora de tempo, que foi feito “em cima do joelho” e que isso é um desrespeito pelo setor primário e pelos agricultores do concelho de S. Pedro do Sul, voltando a perguntar: “o que é que lhes permitiu fazer até este momento e o que vai permitir fazer a resposta a estes agricultores e aos requerimentos para eles regularizarem a situação até dia 2 de janeiro.”. O Vereador Francisco José de Matos destacou que a Câmara Municipal não tem competências nesta área, portanto se houve algum desrespeito, esse desrespeito não foi certamente da autarquia. Prosseguindo, evocou o Decreto-Lei que rege estes assuntos, perguntando: “quantas vezes se fala na Câmara Municipal nesse Decreto-Lei?”. E clarifica: “Esse Decreto-Lei fala na Câmara Municipal por três vezes e só na relação dos espaços PDM, REN e RAM, por isso é que houve esta oportunidade para que os senhores exploradores agrícolas pudessem avançar com a legalização das suas explorações.”. Referiu que os serviços camarários receberam 144 requerimentos, o que não teria acontecido se os serviços não estivessem organizados e se não fossem às localidades avisar os agricultores e dizer: “se quiserem aproveitar esta oportunidade,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

aproveitem agora.”. Continua e alude ao artigo 5º, ao artigo 9º e ao artigo 14º do dito Decreto-Lei, para explicar em que circunstâncias se fala da Câmara Municipal: “No artigo 5º, para dizer que o pedido de regularização deve ser instruído pelos seguintes elementos: deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal – primeira vez que se fala da Câmara Municipal –; a segunda vez que se fala da Câmara Municipal é na conferência dos serviços: entregues os documentos, os documentos vão ser analisados por uma comissão, da qual a Câmara não faz parte, a não ser que haja situações desconformes com instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, ou seja, nos casos do PDM, REN e RAM, só nesses casos é que a Câmara Municipal faz parte da conferência de serviços, juntamente com a direção que gere a REN, o mesmo sobre a RAM e todos os outros elementos que fazem parte do *taskforce* que está a organizar toda esta tentativa de recuperação e de legalização; a terceira e última vez em que se fala de Câmara Municipal, é no artigo 12º, e diz-se que concluídos os processos de adequação dos procedimentos de gestão territorial de servidões e restrições de utilidade pública – lá está outra vez o PDM, a REN e a RAM – deve o particular requerer a legalização da operação urbanística, sendo que essa legalização da operação urbanística é obviamente com a Câmara Municipal.”. E conclui: “Não está aqui no Decreto-Lei, em lado nenhum, que a Câmara Municipal deve instituir-se como pioneira na resolução do assunto da ilegalidade sistemática em que viviam um conjunto de explorações agrícolas.”. Mas considera não ser por mal que as pessoas possuidoras de explorações agrícolas se adaptavam a uma situação de ilegalidade, sendo que, por outro lado, afirma que o PDM do concelho sampedrense é bastante restritivo nas zonas fora das localidades, de forma que, sempre que era preciso arranjar um estábulo, havia algumas dificuldades. E acrescenta: “ não era por essas dificuldades que as pessoas deixavam de fazer os estábulos, faziam na mesma, mas estavam ilegais. Agora foi dada a hipótese de legalizarem esses estábulos. E mais, foi dada a oportunidade de ampliar as instalações existentes.”. Concordou que podiam ter começado o processo em setembro, é certo, mas argumentou que, quanto mais depressa aprovassem na Assembleia Municipal o interesse público, menos pessoas eram abrangidas. E terminou dizendo que está tudo preparado para que as declarações possam ser entregues a partir do meio-dia, esperando que a sessão da Assembleia Municipal termine antes dessa hora: “portanto as pessoas ficam com a tarde de hoje e ficam com um dia inteiro para resolver esse problema, mas se os serviços em Viseu só têm um funcionário a atender as pessoas, isso sim, isso é uma falta de respeito, porque sabem que está a acabar um prazo e, se como disseram, só lá têm uma pessoa a atender, é uma falta de respeito para com os utentes.”. Em resposta, o Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) voltou a intervir, querendo reforçar a ideia de que não veio questionar a responsabilidade da Câmara Municipal no aviso às pessoas, sendo que a autarquia só o devia fazer por princípio, uma vez que já decidiu criar um gabinete de apoio ao agricultor. E reportou-se à ideia de que quanto mais tarde o processo fosse feito, mais pessoas podiam aderir, concordando, mas apenas até um certo limite: “porquê que não fizeram isso quando a questão foi levantada? Não fazia mal nenhum se a Câmara Municipal tivesse começado mais cedo. E é essa a minha angústia.”. O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD), em uso da palavra, considerou que: “a Câmara

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Municipal devia ter um levantamento pronto de todos aqueles que produzem no concelho”, ou seja, não há dados estatísticos daquilo que se faz e que se produz e o volume de negócios no nosso concelho.”. Continua e evoca a legislação vigente para dizer que a Câmara Municipal tem as suas competências, acrescentando que isso não obsta a que se levem a cabo outras funções, nomeadamente a obtenção de dados estatísticos de todos os sectores de produção por atividade, de acordo com o número de empregados, o que produzem ou o que comercializam e o volume de negócio, lembrando que se trata de elementos fáceis de obter, porque as empresas são obrigadas a facultá-los à contabilidade. E insistiu: “Verificou-se que, afinal, a Câmara não tem esses dados, nomeadamente nos agricultores, pois não se sabe quantos agricultores trabalham na nossa terra, quantas pessoas trabalham a tempo inteiro ou a tempo parcial, que número efetivo pecuário existe no nosso concelho.”. Depois perguntou: “Quantas pessoas estão envolvidas no negócio da madeira em S. Pedro do Sul? O que se produz? O que sai? Não há dados sobre isso.”. Termina com a mesma advertência: “O poder autárquico pode ter outras funções para bem de todos nós.”. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), usando da palavra, começou por dizer que não se devem justificar as próprias faltas com os exemplos dos outros, aproveitando para evocar uma entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, publicada num jornal nacional, onde se manifestava em descontentamento e aludia à dificuldade em fazer cumprir o assunto que hoje se está a tratar em S. Pedro do Sul: “Dizia ele que tinha constatado, na área do seu município, que havia centenas de criadores de gado bovino para leite e a dificuldade que era para conseguir a legalização dessas explorações.”. Concluiu tratar-se de um assunto delicado, no que se junta a demasiada exigência aos produtores por parte do diploma legal: “Se eu fosse produtor também me perdia nestas exigências burocráticas. E muitos produtores são iletrados e não preparados para lidar com tanta “papelada”, muito menos para lidar com a informática.”. E manifesta esperança que, o executivo, nos seus serviços técnicos, agilize a resolução deste problema, porque o que quer, conforme diz o preâmbulo do diploma, é que tudo corra bem e que as pessoas não encerrem as suas explorações, porque, se isso acontecer, quem fica a perder é o concelho e é o país. Em resposta, o Vereador Francisco José de Matos pediu a palavra e esclareceu que houve concelhos vizinhos que cumpriram o Decreto-Lei, mas que isso significa que “não se meteram no assunto”. Reiterou que as declarações dos produtores estão passadas e podem ser levantadas a partir do meio-dia de hoje, voltando a frisar que as pessoas ficam com um dia e meio para resolver o problema: “não é muito tempo, não é, mas seria pior se mais gente ficasse de fora da possibilidade de legalização das suas explorações.”. Acrescentou que S. Pedro do Sul possui um tecido económico de teia muito fina, que assenta muito em explorações agrícolas, principalmente na avicultura, e considerou que encerrar explorações neste período de crise é contribuir para agudizar a crise dos nossos cidadãos, sendo por isso que a fiscalização foi enviada para atualizar o levantamento das explorações ordenada pela Câmara Municipal há oito anos e igualmente atualizar junto do RIAP, constatando que nem uma nem outra batiam certo, mas conseguindo finalmente fazer o acerto entre um e outro ficheiro. Concluíram assim que havia muito a fazer, motivo pelo qual colocaram as pessoas a contactar pessoalmente os proprietários das explorações agrícolas. E terminou referindo que este processo de legalização não se destinava apenas às explorações agrícolas, mas sim a outro tipo de explorações, só que, no concelho de S. Pedro do Sul, não existem outro tipo de explorações senão as agrícolas. O Deputado Municipal António Lopes



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ribeiro (PSD) pediu a palavra e começou por dizer que ouviu com atenção o proferido pelo senhor vereador e que concorda com todo e qualquer contributo para o desenvolvimento em prol do agricultor e do produtor pecuário em S. Pedro do Sul. Depois continua e considera que esse desenvolvimento é um trabalho da responsabilidade da Câmara Municipal, independentemente do senhor vereador, na sua exposição, ter dito que, no Decreto-Lei, apenas e tão só se falar na Câmara Municipal por três vezes, acrescentando o senhor deputado municipal: “que a Câmara Municipal tem responsabilidade no concelho e em todos os setores”. Mas congratula-se por a Câmara Municipal ter colaborado e partilhado com o interesse público em prol dos pecuários. Destaca a existência, no concelho, de um grande número de produtores pecuários que possuem a deteção caseira, tratando-se de produtores pequenos e que não precisam de legalização. Em seguida, referiu que a listagem chegada à Câmara Municipal, através dos serviços técnicos, foi um trabalho desenvolvido por uma organização cooperativa do concelho, cuja tem responsabilidade na sanidade animal e que muito tem feito por S. Pedro do Sul e pelos agricultores do concelho, manifestando a completa recetividade por parte dessa organização cooperativa para facultar mais informação, acrescentando que a listagem tem origem em candidaturas que a organização cooperativa responsável por esse sector levou a cabo em tempo útil, tendo enviado a informação para os serviços técnicos, que depois a disponibilizou. Enveredou por palavras elogiosas à idoneidade, à frontalidade e à capacidade de trabalho do senhor vereador Francisco José de Matos, para depois dizer que considerou que a Câmara Municipal fez um trabalho “muito em cima do joelho, muito em cima da hora”. Deu o exemplo da Câmara Municipal de Ourém que, em tempo útil, fez junto dos seus produtores pecuários uma divulgação com informação em slides e deslocaram-se às populações para lhes dizerem o que deviam fazer em tempo útil: “[...] e não é em cima da hora, como foi feito em S. Pedro do Sul, e depois mandar para cima dos serviços oficiais. Vergonha, senhor vereador! Vergonha deve ter também a Câmara por deixar fugir os serviços técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas de S. Pedro do Sul. Apenas existia aqui uma técnica, que agora até foi para a Direção Geral da Agricultura. Ficou vazio, não há lá ninguém em baixo. Vergonha é quando se quis tentar criar um gabinete de agricultura na Câmara Municipal. Abandonou-se o gabinete. Diz-se que não há dinheiro, que não há subsídios. Façam como fazem uma organização que trabalha na área da agricultura, que tem um técnico de gabinete que é pago para isso e que os agricultores pagam também para isso. Isso, senhor vereador, isso é que é efetivamente apoiar os agricultores, a apoiar o sector primário, a apoiar aqueles que têm interesse. E não se esqueçam que o setor primário, em S. Pedro do Sul, é e continua a ser um setor importante, mas muito importante. Não é da treta! Aliás, eu julgo que não tenho ninguém na Câmara Municipal que se sinta vocacionado para está área.”. Continua e conclui que a Câmara Municipal devia ter tomado a dianteira do processo antes mesmo do deputado municipal e presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Morujão, ter questionado e ter feito pressão para que acontecesse esta sessão da Assembleia Municipal. Em resposta, o Vereador Francisco José de Matos persistiu na ideia de que se houve alguma falha neste processo não foi certamente da parte da Câmara Municipal. Alertou para a data de publicação do Decreto-Lei: “é de 5 de Novembro de 2014. E, durante um ano, por mais lentos que sejam os serviços, não os da Câmara Municipal, que em poucos meses emitiram uma listagem com requerimentos preenchidos, se houve lentidão foi dos serviços oficiais, que, durante um ano, não foram capazes de chamar a atenção dos seus



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agricultores, que têm que lá ir vastas vezes ao ano, nada custava chamar a atenção para a legalização.”. Terminou com uma alusão ao carácter “suplente” da Câmara Municipal, “que só foi a jogo, porque quem estava na equipa principal se baldou ao jogo.”. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra e, dirigindo-se ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, esclareceu que se encontra completamente errado quando proferiu que o gabinete de apoio ao agricultor é um projeto abandonado: “Neste momento estamos a criar um gabinete de apoio ao agricultor.”. E continua, descrevendo os múltiplos apoios que o atual executivo municipal tem prestado aos agricultores: a “Festa da Vitela de Lafões” que presta apoio à produção da Vitela de Lafões, através da sua certificação, promoção e venda; o auxílio ao escoamento dos produtos agrícolas, através da “Festa do Feijão”; o apoio prestado aos agricultores e apicultores, com o escoamento dos seus produtos durante a “Festa da Castanha e do Mel”; as várias festividades que se vão fazendo e cujas contam com postos de venda para os nossos agricultores e artesãos; o apoio facultado ao Mercado Tradicional, que todos os sábados permite a venda dos produtos locais; evoca a conceção de uma candidatura no montante de 400 mil euros para um programa chamado “Terras de S. Pedro do Sul”, que apenas aguarda aprovação; o apoio dado à Lafoberry com a produção e escoamento dos mirtilos; o auxílio prestado à associação de artesãos locais; o apoio com as instalações que é prestado à Coopraizes; a elaboração do Plano Municipal da Defesa das Florestas, onde os agricultores geralmente têm os seus pinhais; a política municipal para a limpeza e correção dos estradões florestais; as reuniões tidas com o senhor secretário das Florestas, no sentido de solicitar apoio para a retificação da lei e com isso beneficiar os agricultores e avicultores na construção de estruturas dentro de uma faixa de 50 metros... Depois, sobre as responsabilidades, o presidente da Câmara Municipal refere que a lei, hoje em discussão, devia ter sido criada em colaboração com os serviços da administração central e que as responsabilidades deviam ser repartidas entre o Estado e as autarquias, deixando a pergunta: “Porquê que o Estado, através dos seus funcionários, também não estão a ajudar diretamente os agricultores?”. Em seguida, aludindo à intervenção do deputado municipal Manuel Casais, sobre as estatísticas que a Câmara Municipal devia ter, o presidente do executivo municipal informou ser verdade, mas que é preciso estabelecer prioridades: “Quem pode fazer esse tipo de serviço são os funcionários da fiscalização e, neste momento, nós temos outras prioridades que não essas, porque temos que fazer o contacto com as pessoas por onde vai passar todo o saneamento que vem de Pinho, passa por S. Pedro do Sul e que vai chegar à nova ETAR, vai passar por um novo percurso, que geralmente é à beira do rio, mas que por vezes passa por terrenos de proprietários particulares, e o senhor sabe que é preciso contactar todas estas pessoas. Além disso, o senhor sabe que estamos a criar um circuito pedonal, que vem desde as Termas até Drizes e que depois dá a volta pelo outro lado do rio novamente até às Termas, o que implica que os nossos funcionários da fiscalização andem na rua. E ainda têm os serviços normais da fiscalização, que é o setor da fiscalização das obras particulares, do nome das ruas... Têm que contactar com as pessoas, porque nós vamos abrir para o ano uma série de estradas, nomeadamente a estrada que vai de Pinho para Mosteirinho e a estrada que vai de Pinho para os Barreiros, têm que contactar com os proprietários para cederem os terrenos. E tudo isto implica meios humanos, de modo que nós precisamos estabelecer opções: ou vamos para estas opções ou vamos para os dados estatísticos.”. Reiterou a ideia da existência excessiva de funcionários municipais e explica que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

apenas os fiscais podem realizar o dito trabalho estatístico, porque é afeto às suas carreiras profissionais. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) voltou a intervir para dizer que o presidente da Câmara Municipal não respondeu às questões por si levantadas, mas que apenas divagou em torno do sector primário: “trouxe Manhouce, trouxe doces, trouxe artesanato, trouxe o apoio às organizações, associações e cooperativas, não todas, porque apoia umas e não apoia outras...”. Depois afirma que o executivo municipal não aceita os factos e que atira as responsabilidades para os serviços oficiais, acrescentando que não aceita a inferiorização dos serviços que regem o setor primário: “Se, efetivamente, isto chegou ao que chegou, a Câmara, o poder político em S. Pedro do Sul tem também responsabilidade. Em S. Pedro do Sul os serviços técnicos do Ministério da Agricultura acabaram e a culpa também é efetivamente da autarquia. Pautem por isso, lutem por terem aqui uns serviços à altura, senhor presidente.”. E termina manifestando a importância de se votar hoje a legalização das explorações agrícolas, que é um assunto de importância comum para os agricultores. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) pediu a palavra para lançar uma pergunta: “Quem é que licencia estas atividades económicas: é a Câmara, enquanto governo local, ou é o departamento do governo central, no momento conhecido como CCR?”. E respondeu: “Quem assina o documento final que permite a atividade económica é o governo central.”. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal, novamente em uso da palavra, aproveitou para esclarecer o deputado municipal Lopes Ribeiro, quando este declarou que a Câmara apoia umas associações e não apoia outras: “diga aqui, alto e em bom som, qual é a associação que não estamos a apoiar?”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) respondeu: “a Cassepedro.”. O Presidente da Câmara Municipal: “A Cassepedro, meus senhores, é uma cooperativa em que os seus dirigentes ganham dinheiro, inclusive o senhor engenheiro Lopes Ribeiro. Agora, vamos apoiar uma cooperativa onde os seus dirigentes ganham dinheiro? É esta a questão que se coloca.”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) contrapôs: “Senhor presidente da Câmara, não lhe admito sequer esse tipo de insinuações baratas. Mentira o que o senhor está a dizer. Não ganho dinheiro. Eu ganho e venço do meu serviço. A Cassepedro nunca me deu um tostão. O senhor está enganado, completamente.”. Em seguida gerou-se a seguinte troca de palavras: Presidente da Câmara Municipal: “Os dirigentes da Cassepedro não ganham dinheiro?”. Deputado Lopes Ribeiro: “Não senhor, não ganham dinheiro.”. Presidente da Câmara Municipal: “Então devo ser eu que estou equivocado.”. Deputado Lopes Ribeiro: “Está equivocado, com certeza.”. Presidente da Câmara Municipal: “E não ganharam no passado?”. Deputado Lopes Ribeiro: “Não senhor. Presidente da Câmara Municipal: “Nem senhas de presença nem nada?”. Deputado Lopes Ribeiro: “Isso não é vencimento...”. Presidente da Câmara Municipal: “Ai não é vencimento... Ganham senhas de presença, meus senhores! Pode dizer quanto é? Não tenho a certeza, mas se calhar estamos a falar em 500 euros por mês.”. Deputado Lopes Ribeiro: “Não lhe admito isso aqui na Assembleia Municipal, se quiser vá a uma Assembleia da Cassepedro e aí eu respondo-lhe.”. O Presidente da Câmara Municipal retomou a sua intervenção e acrescentou que o deputado municipal António Lopes Ribeiro pretende que a Câmara Municipal apoie financeiramente uma cooperativa, em que os seus dirigentes recebem ajudas de custo ou senhas de presença para estarem presentes nas reuniões. Depois, pegando num segundo aspeto, que se refere à extinção dos serviços da agricultura no concelho e que a culpa seria da Câmara Municipal, o senhor presidente do executivo camarário



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chamou a atenção para a diferença de valores e apresentou o seguinte exemplo: “o Estado acaba com os serviços do tribunal em Vouzela e em Oliveira de Frades e aí a culpa é do Estado, aqui o Estado acaba com os serviços da agricultura e a culpa é da Câmara?”. Por fim, sobre a matéria em apreço, elucidou que, no caso de já se ter aprovado a relação de explorações que constam da listagem, tornava-se impossível acrescentar o senhor que interveio no início para que o seu nome fosse incluído e assim a sua situação fosse resolvida, da mesma forma que se tornava impossível resolver a situação de duas pessoas que de manhã foram aos serviços camarários dar entrada nos processos, porque as listagens já estariam fechadas e aprovadas. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) voltou a pedir a palavra e indicou o carácter incomparável de outras autarquias com as autarquias da Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Barcelos, porque estas detêm 70% do efetivo pecuário nacional. Depois frisou o seu caso pessoal de produtor, assim como os casos de outros dois produtores aqui presentes, referindo que o momento é muito delicado, que as dificuldades financeiras são enormes e que por isso tudo para os agricultores se torna complicado e quase inaceitável. Aludiu à formação académica em engenharia agrónoma do senhor presidente da Assembleia Municipal, dizendo que, a seu ver, deveria ter uma maior sensibilidade para estas questões, devendo assim ter convocado esta sessão para mais cedo. Deixou a vontade de corrigir certos *timings* para o futuro, da mesma forma que manifestou desejo em que todos estejam unidos para resolver as situações. O Presidente da Assembleia Municipal, em uso da palavra, aproveitou e esclareceu que esta sessão esteve agendada para a passada segunda-feira, mas que, devido aos prazos legais, relacionados com a reunião de Câmara, realizada no dia 22, sendo que depois vieram os dias de Natal, apenas pôde realizar-se no dia de hoje. E, acrescentou, a comunicação social tem veiculado uma pressão muito grande por parte das associações e confederações de agricultores no sentido de adiar esta questão para depois do dia 4 de janeiro, concluindo que o problema não é local, é geral. Em jeito de elucidação, o Vereador Pedro Mouro, pediu a palavra e, porque possui o pelouro do desenvolvimento rural, considerou que o mais importante no momento é conseguirem fechar o processo e concluírem a legalização de todos os agricultores do concelho, porque, mais importante do que uma discussão estéril, é ajudar na prática os agricultores do concelho. Depois, contrapondo aqueles que usam os recorrentes exemplos dos municípios de Vouzela e Oliveira de Frades, informou que Oliveira de Frades realizou a sessão deles ainda esta semana ou na semana passada, sessão igualmente extraordinária, e que Vouzela, apesar de já ter feito antes, voltou a fazer outra, extraordinária, porque apareceram posteriormente mais processos que precisavam de ser aprovados: “portanto, quanto mais nós conseguirmos levar os prazos ao limite, mais gente estamos a apoiar.”. E reforça que o papel da Câmara Municipal é sempre ajudar a todos o mais possível. Continua e refere, sobre os apoios à agricultura, que, mais importante do que falar do papel da Câmara Municipal, é olhar para o que tem acontecido até agora, porque os agricultores do concelho sampedrense estão há dois anos sem apoios comunitários, salvo raríssimas exceções: “O Portugal 2020 está com dois anos de atraso e isso faz com que muitos agricultores, com projetos para avançar, que podiam alavancar esses projetos, não o possam fazer, estando há dois anos à espera para o poderem fazer.”. Outro aspeto que realça e considera importante perceber, no contexto do anterior quadro comunitário de apoios, é saber quanto dinheiro foi diretamente para os agricultores e quanto é que ficou para as pessoas que lhes fizeram os projetos, porque: “o que

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

mais me tem aparecido aqui na Câmara, mais do que os próprios agricultores a perguntar quando abrem as candidaturas, são os consultores e projetistas preocupados quando acabam as candidaturas, porque o que querem é fazer projetos e ganhar dinheiro.”. Depois, para terminar, considera que outra situação que está mal e que tem gerado alguns problemas aos produtores e agricultores da nossa região, mas que este governo já se comprometeu a resolver, prende-se com a legalização dos aviários e com o afastamento dos 50 metros, assim como com aquilo que se passou com as redes primárias e redes secundárias, por causa da aprovação do Plano Municipal de Defesa das Florestas, que fez com que muitas associações de compartes e Juntas de Freguesia perdessem as suas candidaturas devido a questões processuais. Veio novamente o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) evocar a defesa da honra, para dizer ao senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, sobre as senhas de presença da Cassepedro, que ficou com a sensação de que a organização de que é presidente (a Cassepedro) e os seus pares de direção ficam ofendidos se a Câmara Municipal apoia outras organizações associativas e cooperativas e não apoia a Cassepedro pelo facto de ter uma senha de presença nas suas reuniões. Depois menciona que todos os deputados municipais, presentes nas sessões das Assembleias Municipais, têm uma senha de presença, ou seja, que têm um vencimento da Câmara Municipal, porque quando está no uso das suas competências na organização que representa e tem uma senha de presença está a vencer. Conclui que é inadmissível essa filosofia por parte do senhor presidente do executivo e que é um desrespeito para com a organização Cassepedro (órgãos sociais e trabalho meritório no concelho) e para com os associados da Cassepedro. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal reiterou a muita consideração e respeito que tem pelos associados da Cassepedro, mas que a questão em análise não é essa: “primeiro, não reconheço, em altura nenhuma, que a Cassepedro tenha pedido qualquer apoio financeiro à Câmara Municipal; segundo, não acho justo, e penso que ninguém aqui achará justo, que se esteja a subsidiar uma associação onde os seus corpos gerentes recebem senhas de presença.”. Refere o seu exemplo pessoal e o exemplo de muitos outros presentes, que pertencem e pertenceram a muitas associações e que nunca lucraram com senhas de presença. Não se tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta mencionada em título. -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 2.2 ao ponto 2.4 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,